



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 7672/10 - EDUCAÇÃO SEM USO CASTIGOS CORPORAIS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1904/11	DATA: 22/11/2011
INÍCIO: 15h11min	TÉRMINO: 16h53min	DURAÇÃO: 01h42min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h42min	PÁGINAS: 28	QUARTOS: 21

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RENATO MELLO MARTINS – Voluntário da ONG Parábola.
LAYANE DA CONCEIÇÃO SILVA – Adolescente.
ÉRICA TAMIREZ CARNEIRO MORAES – Adolescente.
RENATA CRISTINA CASSIANO DOS ANJOS – Adolescente.
LUCAS MATEUS SARAIVA DA SILVA – Adolescente.
RAIMUNDO AÍRTON PINHEIRO JÚNIOR – Adolescente.

SUMÁRIO: Debate sobre o parecer ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo tema é *a prática dos castigos corporais ou de tratamentos cruéis ou degradantes empregados na educação de crianças e adolescentes.*

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve exibição de vídeo.
Há oradores não identificados em breves intervenções.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu gostaria de desejar boa tarde a cada uma e cada um dos senhores. Vamos buscar fazer esta audiência pública, que é a última audiência temática em que vamos ver os fatos e as versões, o depoimento de nossas crianças, de nossos adolescentes, o mais rapidamente possível, porque já estamos com a Ordem do Dia em curso nesta Casa.

Portanto, desejando boa tarde, declaro aberta a 9ª reunião ordinária da Comissão Especial que se destina a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. O projeto estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante.

Nós temos sobre as bancadas a cópia da ata da 8ª reunião. Pergunto aos Parlamentares aqui presentes se há necessidade da leitura da referida ata.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sra. Presidenta, peço a dispensa da leitura da ata.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dispensada a leitura da ata, a pedido da Deputada Alice Portugal, nós a colocamos em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados e Deputadas que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata.

Esta reunião foi convocada para discutirmos o tema da prática dos castigos corporais ou de tratamentos cruéis ou degradantes empregados na educação de crianças e adolescentes.

Gostaríamos de chamar para compor a Mesa o representante da instituição filantrópica e educacional ONG Parábola, Renato Mello Martins. Gostaríamos de chamar também para compor a Mesa a Danuza Nascimento de Freitas. Para compor a Mesa, gostaríamos de chamar o Renato Mello Martins. Renato, é um prazer imenso tê-lo aqui. Convido a Danuza Nascimento de Freitas, que está aqui. É um prazer tê-la aqui, Danuza. Convido a Érica Tamires Carneiro Moraes, a Layane da Conceição Silva — gostaria que pudéssemos ter mais cadeiras aqui —, o Lucas



Mateus Saraiva da Silva, o Raimundo Airton Pinheiro Júnior e a Renata Cristina Cassiano dos Anjos.

O nosso querido Renato é voluntário da ONG Parábola, e os demais componentes da Mesa são estudantes. Gostaria de pedir que vocês pudessem sentar na primeira fila. Ou melhor, vamos conseguir cadeiras, mais uma cadeira, e colocamos vocês todos conosco.

Gostaria de chamar a Deputada Teresa Surita, que é Relatora do PL, para que também venha compor a Mesa.

Com um pouco de compreensão, de aperto carinhoso, nós conseguimos compor todos.

Em função da brevidade do tempo que temos, concederemos um prazo de 10 minutos para cada um dos componentes da Mesa, para que eles possam se posicionar. Depois vamos passar a palavra para a Relatora, que não dispõe de prazo, e para os Deputados e Deputadas que quiserem fazer uso da palavra. Em seguida abriremos para alguma entidade que queira se posicionar. Vamos proceder assim. Estamos de acordo? Dez minutos para cada um.

Nós acertamos da seguinte forma: vamos passar a palavra, por 10 minutos, para cada um dos componentes da Mesa, para que possam expor. Em seguida, eles e elas vão apresentar um vídeo; depois vão fazer um pequeno exercício, na lógica do Teatro do Oprimido, para que possamos sentir a dor e a alegria do outro, como só os seres humanos conseguem sentir.

Como combinado, vamos conceder 10 minutos para cada uma e para cada um de vocês que estão à Mesa; depois, vocês apresentam o vídeo, fazem a pequena apresentação; nós passamos para a Relatora e, em seguida, para os Deputados e Deputadas presentes a esta audiência. Combinado? Fazemos assim?
(Pausa.)

Vamos então começar as exposições e as falas das pessoas que estão aqui, porque esta audiência pública é exatamente para escutar quem está sendo o centro, o objetivo do próprio projeto, que são as crianças e os adolescentes.

Vou passar de início a palavra para o Renato Mello Martins, para que ele possa se posicionar. O Renato, como foi dito, é voluntário da ONG Parábola, que é uma instituição filantrópica e educacional.



É um prazer imenso tê-lo aqui, Renato. Você dispõe de 10 minutos. Vamos avisar quando faltarem 2 minutos.

O SR. RENATO MELLO MARTINS - Boa tarde. Eu me sinto honrado de estar aqui. Meu nome é Renato. Fui convidado a estar nessa luta contra a violência praticada contra a criança e o adolescente. Eu também fui vítima de violência na minha infância.

Então, quero hoje me colocar no lugar das crianças. Neste momento, enquanto estamos aqui sentados, há várias crianças sofrendo. Esse projeto, essa lei que está sendo implantada hoje, eu espero valer a pena, porque eu sei o que é sofrer, eu sei o que é ser vítima, eu sei o que é ser mutilado, eu sei também o que é omissão.

Uma pessoa que sofreu dos 8 meses aos 12 anos sabe muito bem o que é omissão, sabe muito bem o que é não haver uma lei para realmente defender a criança e o adolescente. Eu me sinto honrado de fazer parte desta luta, de fazer parte desta guerra. Espero que saíamos vitoriosos.

Quero contar um pouquinho a minha história, mas não vou contar, não. Quem vai contar é o vídeo que eu trouxe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Gostaria que fosse providenciado, então, para que pudéssemos ver o vídeo.

Registro a presença da Deputada Alice Portugal e também da Deputada Liliam Sá, que fazem parte desta Comissão. A Deputada Liliam Sá é a 1ª Vice-Presidenta desta Comissão. *(Pausa.)*

Vamos fazer uma pequena inversão, porque estamos esperando um cabo para termos acesso ao vídeo. Enquanto o cabo não chega, vamos passar então para a Layane da Conceição Silva, para que ela possa fazer sua exposição.

É um prazer tê-la aqui, Layane.

A SRA. LAYANE DA CONCEIÇÃO SILVA - Obrigada. Bom, quero começar parabenizando, porque há uma presença dos adolescentes aqui neste momento tão formal, que é a aceitação de uma lei para o nosso Estatuto. É uma lei que nos favorece; então, temos que estar presentes mesmo, para apontar o que está faltando nos nossos bairros, o que está acontecendo, quais são os erros, o que queremos e o que não queremos.



É muito importante que estejamos aqui para falar o que queremos. Se um adulto vier aqui falar por nós, não vai valer, porque é adulto e não sabe o que estamos vivendo, não está na nossa escola, não está presente no nosso dia a dia. Então, quero parabenizar por isso.

Outra coisa. Não estamos aqui só para falar dos nossos direitos, mas também para falar dos nossos deveres, falar dos direitos e deveres. Nós não queremos só soluções, mas queremos dar soluções e ajudar, porque são os nossos direitos e queremos estar presentes.

Acho que ainda não é o ideal... O adolescente... Ainda não é o ideal, porque há pouquíssimos adolescentes. Acho que deve haver mais grupos de formação política para o adolescente estar à frente e discutir sobre os nossos direitos, para termos conhecimento dos nossos direitos, para que possamos exigir, para que possamos... Para V.Exa. estar ali: *“Olha, a gente quer isso, a gente quer aquilo”*, porque é nosso direito. Vocês não estão fazendo um favor para a gente. É nosso direito, queremos exigir e ter conhecimento sobre isso.

E ampliar a lei... Acho que vão falar mais aqui sobre os castigos físicos e tratamento humilhante dentro de casa, mas não é só dentro de casa que acontece: nas escolas, nas ruas e principalmente nos centros de internação, onde os adolescentes estão cumprindo medidas socioeducativas. Lá eles são vistos como bandidos, como pessoas que não têm mais chance de viver, não têm mais chance de ter um emprego fixo, de ter uma família. São vistos como se fossem assassinos e pronto, têm que morrer. Não têm direito a voz, são humilhados, acordados no meio da noite com água gelada. E o pior. Não é só castigo físico, que apanham e tal, mas também o tratamento humilhante, pois eles têm direito à escola, e no centro de internação isso não é um direito garantido. *“Hoje vai para a escola, hoje não vai”*. Não há estrutura dentro dos centros de internação. É isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Layane.

Vou seguir a ordem elaborada por vocês para que comecemos o protagonismo por aqui mesmo. Vocês podem determinar.

Então, passo a palavra para a Érica Tamires Carneiro Moraes.



A SRA. ÉRICA TAMIRES CARNEIRO MORAES - Bom dia, gente. Boa tarde, desculpe. (*Risos.*)

Como a Layane cito, ninguém melhor, vamos dizer assim, do que a gente mesmo dizer o que a gente vivencia e o que acontece com a gente. Eu tenho o prazer de dizer que acontecia.

A partir do momento que a violência acontece dentro de casa, passa também por fora da sociedade. Não é só a violência dentro de casa, também nas escolas, na rua, nos postos públicos, em todos os cantos. A gente vivencia muito isso.

Por que a violência só acontece com a gente? Será que é natural só com a gente? Somos o público disso?

Estamos aqui, hoje, para mudar essa realidade. É através de vocês que nós queremos essa mudança também. Se a gente plantar uma raiz, e todo o mundo regar, com certeza ela vai crescer linda e dar bons frutos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos passar a palavra, em seguida, à Renata Cristina Cassiano dos Anjos.

A SRA. RENATA CRISTINA CASSIANO DOS ANJOS - Boa tarde.

Eu sou Renata, tenho 13 anos.

Minhas amigas já falaram muita coisa. Eu só quero focalizar um pouco o tratamento humilhante. Como crianças e adolescentes, na maioria das vezes, nós convivemos diariamente com isso. Tipo, você chega em casa, houve um teste na escola, você tirou uma nota ruim, seus pais chegam e falam: "*Seu idiota, não sei quê, não sei que lá*".

Isso, para quem diz, são só palavras, mas não são para quem escuta. Isso causa um trauma, às vezes, até maior do que a agressão, porque você fica com aquilo na cabeça: "*Eu sou um inútil, eu não vou conseguir ir para frente, eu tenho limites, eu não vou me dar bem em nada*". Com isso, você acaba se dando mal, não funciona bem. Chega a prova mais importante do bimestre, como nos outros testes você escutou que não sabia fazer nada, mesmo que você tenha estudado para fazer a prova, você não vai alcançar um bom resultado. Aquilo vai fazer com que você não preste atenção na prova, você vai marcar qualquer questão e acabar sendo reprovado. É só uma hipótese.



Os professores, às vezes, tratam mal os seus alunos, porque se acham superiores e não sei o quê. Eu já escutei que, nas turmas de 8º e 9º ano, na escola, no fundamental, há um certo agito, fala-se bastante. É normal. O professor está sentado, e a maioria da turma copiou o trabalho, está lendo, mas conversa, está com o amigo do lado e vai conversar. O professor levanta e começa a falar: “Se vocês não querem prestar atenção, o problema é de vocês. Eu já estou formado. No final do mês, eu vou receber meu salário de qualquer jeito”.

Era só isso que eu queria falar. Obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Havendo *quorum* regimental, vamos proceder à discussão e aprovação de dois requerimentos.

Requerimento nº 13/2011, da Deputada Alice Portugal, que “*requer a realização de um fórum de debates da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto nº 7.672, para ser promovido na cidade de Salvador, Bahia*”.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que são favoráveis permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O requerimento está aprovado.

Requerimento nº 14/2011, da Deputado Sueli Vidigal, que “*requer realização de seminário da Comissão Especial que analisa o PL nº 7.672, que estabelece o direito de crianças e adolescentes de serem educados sem o uso de castigos corporais, no Estado do Espírito Santo*”.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados e as Deputadas que estão de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Os dois requerimentos, portanto, foram aprovados.

Com relação ao primeiro requerimento aprovado, informo que a discussão, a reunião em Salvador, Estado da Bahia, será realizada no dia 28. Nós ainda temos um seminário esta semana, em Goiânia, um em Campinas, um em Salvador e outro no Espírito Santo, que será posteriormente agendado.



Eu vou fazer o seguinte agora: vou passar a coordenação das falas das estudantes e dos estudantes para a Danuza. Gostaria que providenciassem um microfone sem fio. Vou passar a palavra à Danuza para que possa coordenar os outros depoimentos, as demais falas e a exibição do vídeo.

Então, passo, simbolicamente, neste momento, a Presidência desta audiência pública para a Danuza Nascimento de Freitas. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Danuza Nascimento de Freitas) - Obrigada.

Antes de qualquer coisa, eu quero dizer que — não querendo corrigir você, senhorita que está do meu lado — “protagonismo” não é uma palavra que a gente aceita muito bem para a participação dos jovens, porque protagonismo é como se a gente quisesse tirar vocês do poder e nos impor no poder. Protagonismo é para o protagonista da novela, cara. Quem é que tem o papel mais importante na novela? Não é o protagonista? E não é isso o que a gente quer. A gente quer uma paridade, uma igualdade, que a gente possa construir tudo em conjunto com vocês. Isso é muito importante para a gente. A gente sabe e vocês também sabem; a gente aprende e vocês também. A gente também tem muita coisa para ensinar para vocês. Era só isso.

Continuando a apresentação, como as meninas já falaram muita coisa muito importante, a nossa amiga Renata Cassiano tem um trabalho a fazer. É, a apresentação das perguntas, amiga.

Alguém tem os papéis todos? *(Pausa.)*

Vamos passar o vídeo do moço primeiro? *(Pausa.)*

Os meninos vão falar alguma coisa? Vocês querem falar? *(Pausa.)*

A SRA. RENATA CRISTINA CASSIANO DOS ANJOS - Obrigada.

Bom, agora a gente vai fazer umas perguntas para vocês. Mas vocês não precisam responder, só pensem bastante nelas, o.k.?

A SRA. COORDENADORA (Danuza Nascimento de Freitas) - A gente gostaria de um pouquinho de silêncio. Se todo mundo pudesse ouvir e interiorizar um pouquinho, seria legal.

Eu vou fazer a primeira pergunta, depois elas vão continuando e, no final, a gente tem uma mensagenzinha para vocês.



Vocês gostariam de apanhar? *(Pausa.)* E se apanhassem, ficariam com raiva da pessoa que bateu em vocês?

(Não identificado) - Você gostaria de ser humilhado na frente de seus colegas de trabalho? *(Pausa.)*

(Não identificado) - Você gostaria de ser desprezado pelas pessoas que você ama? *(Pausa.)*

(Não identificado) - Por que, quando o adulto bate em outro adulto, ele pode ser punido? E por que, quando o adulto bate em uma criança, não? *(Pausa.)*

(Não identificado) - E se tudo isso acontecesse com você? Como o seu coração ficaria? *(Pausa.)*

(Não identificado) - Esses sentimentos, esses pensamentos... O que vocês pensaram enquanto a gente fazia essas perguntas é o que a gente sente quando a gente apanha. Quando a gente é humilhado, a gente se sente menosprezado, a gente fica muito triste. Tudo o que vocês pensaram é tudo como a gente se sente, inferior. Isso não é legal.

A SRA. COORDENADORA (Danuza Nascimento de Freitas) - Agora vamos fazer uma pequena esquete. Não querendo retirar as pessoas da mesa, peço que elas cheguem um pouco para trás, para podermos fazer a apresentação da esquete. *(Pausa.)*

Nossa esquete é mais ou menos assim: um pai chega hipercansado do trabalho, depois de ter tido um dia muito difícil. A mãe briga com o filho, porque ele fez um montão de coisas erradas o dia inteiro, e diz que vai contar para o pai. O pai chega, e a mãe sai correndo para dar o relatório completo: *“Olha, seu filho fez isso, isso e isso o dia inteiro”*. O pai tira logo o cinto e parte para cima da criança.

(Não identificado) - E aí, gente? Vocês acham que a violência é a melhor forma de educar? Vocês podem mudar esse final.

A SRA. COORDENADORA (Danuza Nascimento de Freitas) - Agora queremos jogar para vocês: o que vocês acham que deve acontecer? Fiquem à vontade para falar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Acho que ele deve colocar o cinto de novo, sentar e conversar.



A SRA. COORDENADORA (Danuza Nascimento de Freitas) - Todo o mundo concorda?

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Com certeza! *(Risos.)*

A SRA. COORDENADORA (Danuza Nascimento de Freitas) - Mais alguém quer se pronunciar?

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - É importante que a mãe participe da conversa, para que garanta que exista uma relação equilibrada no processo educacional entre o pai, a mãe e, acima de tudo, com direito à defesa, à opinião do filho.

A SRA. COORDENADORA (Danuza Nascimento de Freitas) - Bom, gente, era mais ou menos isso o que queríamos passar para vocês. Agora queremos passar um vídeo para vocês. O cabo de som já está aí? *(Palmas.)*

A SRA. ÉRICA TAMIRES CARNEIRO MORAES - O vídeo é para mostrarmos os outros adolescentes, porque estamos representando aqui o Brasil todo. Não só o Brasil como o mundo todo, que não queremos apanhar, ser humilhados. Gostaríamos que todos os adolescentes estivessem presentes. Como não deu, de qualquer forma nós os trouxemos no vídeo.

Obrigada. *(Pausa.)*

A SRA. COORDENADORA (Danuza Nascimento de Freitas) - Como estamos esperando o áudio sair e todo o mundo vai ficar olhando a paisagem, não vamos olhar a paisagem.

Meu nome é Danuza, venho do Rio de Janeiro, tenho 18 anos — acho que sou a mais velha do grupo por agora. Agora, a Renata.

A SRA. RENATA CRISTINA CASSIANO DOS ANJOS- Como já disse na minha apresentação, eu sou Renata, tenho 13 anos, sou do Rio de Janeiro também. E viva! *(Risos.)*

O SR. LUCAS MATEUS SARAIVA DA SILVA - Sou Mateus, tenho 13 anos e sou do Ceará.

A SRA. ÉRICA TAMIRES CARNEIRO MORAES - Sou a Érica, tenho 16 anos e sou do Pará.

A SRA. LAYANE DA CONCEIÇÃO SILVA - Sou a Layane, tenho 17 anos e também sou do Pará.



O SR. RAIMUNDO AÍRTON PINHEIRO JÚNIOR - Eu sou Aírton Júnior, tenho 12 anos e sou do Ceará. *(Palmas.) (Pausa.)*

A SRA. COORDENADORA (Danuza Nascimento de Freitas) - A gente fez... nós fizemos, melhor dizendo, alguns cartazes que trazem algumas das ideias que não só a gente que está aqui hoje, mas outros adolescentes e outras crianças pensam e acham que a gente pode usar para ajudar a solucionar os problemas que acontecem em relação à violência dentro de casa, na escola, na família e em qualquer outro buraco que houver.

Bom, a gente pensou no afeto, no incentivo e na compreensão.

No incentivo a gente pensou por causa do que a Renata falou sobre a criança e o adolescente fazerem uma prova muito boa, tirarem um dez, e o pai falar: *“Ah, você não faz mais do que a sua obrigação, você só estuda mesmo”*.

No afeto, pela relação dos educadores com a criança e com o adolescente, porque os educadores das escolas, das ONGs e de qualquer outra instituição em que a gente esteja presente têm esse relacionamento com a gente, de afeto.

Na compreensão, porque nós precisamos compreender; tanto a criança compreender o lado do pai, como o pai compreender o lado da criança, parar e pensar: *“Por que ele fez aquilo? Será que está acontecendo alguma coisa errada?”*, entendeu? É mais ou menos por aí.

A SRA. LAYANE DA CONCEIÇÃO SILVA - Eu queria falar sobre o respeito, o diálogo e a presença.

A mesma coisa que eu falei, eu queria ressaltar: a gente fala muito no uso dos castigos físicos e do tratamento humilhante em casa, mas não é só em que casa que está acontecendo isso, não é? Sempre estão falando que, hoje em dia, o negócio do *bullying* está muito alto, há muita briga nas escolas. Mas com quem eles aprendem isso? Com os pais. Se ele faz alguma coisa errada e o pai bate, humilha, fala: *“Olha, tu não podes fazer isso, porque isso e aquilo outro, tu vais pegar ele de porrada”*, a mesma coisa ele vai fazer na escola. Então, tem que respeitar. E não só os pais têm que respeitar; a gente também tem que respeitá-los.

Diálogo por quê? Para a gente conversar, sentar com o pai e conversar: *“Por que está acontecendo isso? Eu não quero mais que aconteça isso. Eu quero sair tal horário, voltar em tal horário, mas o senhor concorda? Então, o.k., eu volto nesse*



horário”. Vamos respeitar o que a gente combinou no diálogo, vamos respeitar o pai. E o pai tem que estar presente na vida do filho, na vida escolar, saber o que ele está fazendo na rua, por onde ele anda e os amigos dele. Não só os pais, mas também o respeito dentro das unidades em que crianças vivem, em que cumprem medidas socioeducativas. Tem que ter diálogo lá, porque os adolescentes, muitas vezes, lá, não têm direito a voz e nem vez, são muito humilhados, são castigados. É uma coisa muito ruim, porque eles estão ali para melhorar, para eles terem uma segunda chance. Mas essa chance não existe, porque, o tempo todo, lá, estão menosprezando ele, dizendo que ele não presta; que, depois que ele sair dali, ele não vai prestar, que ele deveria morrer, que ele tem que apanhar. Então, quando ele sair de lá, ele já sabe que não vai prestar mesmo: *“Ah, então vou fazer bem pior”*.

Obrigada.

A SRA. ÉRICA TAMIRES CARNEIRO MORAES - Então, ressaltando o que a Layane falou em relação à presença, não só presença na vestimenta, no calçar, na alimentação, mas, sim, presença em todos os momentos da vida do adolescente.

Este cartaz está retratando os direitos, os deveres e os limites.

Nós estamos representados aqui porque queremos os nossos direitos, mas nós também temos consciência de que também temos deveres. E limite é impor regras e saber respeitar; entrar no consenso com o pai, porque o pai, às vezes, não aceita a opinião do filho, porque diz que a autoridade é dele.

A SRA. LAYANE DA CONCEIÇÃO SILVA - Só ressaltando o que a Érica estava falando, é que nem na escola, também acontece a mesma coisa: o professor sempre acha que é melhor do que o aluno, e não é assim, entendeu? A gente tem que ter a questão da igualdade: *“Olha, vamos entrar num consenso: só pode sair na hora do intervalo”*, então, a gente vai sair só no horário do intervalo.

Eu tenho que respeitar o professor, e o professor não pode querer ser mais do que o aluno. Acontece muito de os professores humilharem o aluno, como se fossem... sei lá! E é muito chato. Se já é chato dentro de casa, imaginem na rua, na frente dos amigos da escola. Já pensou a diretora chegar, pegar a aluna pelo braço e esculhambar ela na frente de todos os amigos? Não é legal. E ela aprendeu em casa que, quando o pai fala que faz uma coisa errada tem que bater, o que ela vai fazer? Agredir. É o que mais está acontecendo, brigas de adolescente com



professor. O adolescente está agredindo o professor. Por quê? Lá na televisão eles estão colocando: *“Adolescente agride professor”*, mas não colocam o porquê. Por que ele agrediu?

Há falta de estrutura nas escolas. As escolas públicas são horríveis. A gente fica superestressada. Assistir aula numa sala supercalorenta, numa cadeira de plástico, que fica suada e cola toda a calça na nossa perna, é horrível. Não tem condições de a gente assistir aula assim. Fora os banheiros. É melhor nem entrar nesse conceito, senão a gente não vai sair daqui hoje. (*Risos.*)

A SRA. COORDENADORA (Danuza Nascimento de Freitas) - Falando disso também, nas escolas é muito complicada a convivência do professor com o aluno, por vários fatores. Todo mundo aqui que foi aluno sabe que, na época em que foi aluno, tinha aquele negócio de castigo: *“Ah, não fez? Ajoelha no milho, toma régua na mão”*, e hoje em dia não tem mais isso. E ainda tem adulto que vira para a criança e diz assim: *“Na minha época não era desse jeito, eu apanhei para poder aprender”*. É assim que funciona, gente?

O que tinha a falar agora seria a participação, a confiança e a corresponsabilidade.

A participação foi aquilo que eu já falei no início: a participação em conjunto, construir as regras juntos e tudo.

A confiança é porque se um pai bate numa criança, aquela criança vai ter confiança naquele pai ou vai ter medo daquele pai? Foi aí que a gente quis chegar com essa confiança, porque, quando um pai não bate, senta e conversa, por mais que seja várias vezes — porque uma criança, por mais que ela seja difícil, vai aprender; por mais que seja várias vezes, a confiança... Daqui a gente viu que é mais importante a confiança do conversar e não a confiança do bater para educar, porque você apanha e depois você vai para a rua e faz tudo de novo. Com o castigo, você para e pensa: *“Caraca! Não era isso que era para eu ter feito; era para eu ter feito outra coisa”*. E é muito diferente. Uma confiança que você vai ter no seu pai é muito diferente de você ter medo do seu pai.

E a responsabilidade porque é em conjunto: é responsabilidade tanto da criança quanto do pai essa educação diferente, de uma maneira diferente, mas que vai auxiliar o aprendizado dessa criança de uma maneira que ela não vai ser violenta



futuramente. Se o adulto é o espelho da criança — é no adulto que a criança se espelha —, e ela vê o adulto resolver tudo na base da pancadaria, ela vai resolver desse jeito. E não é isso o que é legal.

Então, nos cartazes era isso. Agora a gente vai ver se consegue aqui o áudio com o microfone do vídeo.

(Segue-se exibição de imagens.) (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu quero muito agradecer pela aula à Danuza, à Érica, à Layane, ao Lucas, ao Raimundo e à Renata.

Já há condições operacionais. Vamos ver o vídeo do Renato.

(Exibição de vídeo.)

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Boa tarde a todos. Depois desse depoimento emocionante, podemos refletir sobre a situação de milhares de crianças em todo o Brasil que têm sofrido com a violência doméstica.

Com a palavra o Renato Mello Martins.

O SR. RENATO MELLO MARTINS - Quero, inicialmente, parabenizar os jovens que fizeram esse excelente trabalho.

Como não deu para ouvir direito, quero contar um pouco da violência de que fui vítima, por parte de minha genitora, de 8 meses até 12 anos de idade. Sofri muito, sofri mutilações. Fui vítima de mutilações muito graves. Tive a orelha cortada com a tesoura, tive a metade da língua cortada com a tesoura, tive o céu da boca perfurado com chave de fenda em brasa e a barriga aberta a chutes duas vezes. Um dos chutes estourou meu intestino e acabei vomitando muito sangue, até fezes vomitei pela boca.

Nessa tortura toda, nessas agressões, a minha genitora me levava para o hospital. Lá ela dizia que era queda. Uma das coisas de que tenho falado muito, que consta desse projeto de lei que estamos discutindo, é a omissão. Como é possível uma criança sofrer todo tipo de abuso dos 8 meses até os 12 anos de idade sem haver uma intervenção, uma ajuda? A criança não tem defesa! Se nós não nos colocarmos no lugar da criança e do adolescente, quem vai fazer isso?

Eu posso falar com toda a clareza o que é uma criança sem defesa, o que é uma criança esperando que um adulto a defenda. Eu saí da minha casa com 12



anos de idade, em razão de uma denúncia da minha madrinha. Nessa época não tinha mais fisionomia de pessoa normal com toda a tortura que eu sofria da minha genitora.

É muito interessante o que os jovens falaram sobre humilhação, humilhação de palavras, de vários tipos. Eu passei vários tipos de humilhação. Ficava trancado em um banheiro, seminu, esperando uma surra a qualquer momento. Do nada a minha genitora vinha e me agredia. Muitas vezes eu não comia. Eu só comia o que sobrava dos meus irmãos biológicos. Às vezes eu tinha que comer — perdoe-me o termo, perdoe-me o que eu vou dizer — fezes e beber urina. Isso mandado por ela. Esse meu olho esquerdo foi operado porque tive catarata pelas várias mutilações. Ela colocava alho, pimenta, cebola nos meus olhos. Fazia toda essa tortura.

Com 12 anos eu saí de casa. Passei por várias instituições. Há uma frase muito interessante. A criança sempre diz assim: *“Eu não pedi para nascer”*. Esta foi uma frase que me acompanhou muito: *“Eu não pedi para nascer. Para que vim para este mundo? Por que eu?”*

A criança, quando sofre agressão — eu ouvi o depoimento de um dos jovens aqui —, tem a tendência de agredir. Se não houver tratamento da criança agredida e do agressor, a tendência é de a agressão continuar. Com 14 anos eu conheci o Projeto Parábola.

A Marisa é minha mãe adotiva. Fui adotado com 16 anos e troquei de nome. Na época eu me chamava Gilmar Santos. Troquei para Renato porque Renato significa “nascido de novo”. Fiz 28 cirurgias, 19 delas só no rosto. Realmente eu estava nascendo de novo.

O que quero deixar para vocês é que essa história ainda está acontecendo. Nós não vemos, mas ela está acontecendo. Se nós não nos colocarmos no lugar da criança e do adolescente, vamos ver muitas crianças e adolescentes morrerem ou serem mutilados, como aconteceu comigo sem que eu tivesse qualquer ajuda. Era só isso que eu gostaria de dizer, por enquanto.

Alguém quer fazer alguma pergunta?

(Palmas.)



A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI - Renato, quero fazer-lhe uma pergunta. Quando entrei você já estava falando, e suas palavras realmente tocaram a mim e a todos que estão no plenário.

Estou sabendo que você é um voluntário dessa ONG. Qual é o seu trabalho nessa ONG para ajudar as crianças que sofrem agressão? Mais: qual é o seu trabalho como voluntário para ajudar o agressor a ser melhor?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Registro a presença da Deputada Cida Borghetti, do Paraná.

O SR. RENATO MELLO MARTINS - Eu trabalho hoje na área de aconselhamento. Faço palestras em vários lugares.

Tratar o agressor vai além da nossa compreensão, do nosso tempo, se estamos dispostos a reverter o quadro psicológico do agressor. O agressor tem uma história, só que não é a mesma que ele está cometendo com a criança. Ele está agravando a sua história. Ele sofreu um tipo de agressão. Com outras crianças, com os próprios filhos fará pior do que sofreu. A tendência é ser sempre pior.

O agressor tem que receber tratamento psicológico. Ele precisa de acompanhamento, com a família inteira.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI - Mas a ONG tem esse tratamento?

O SR. RENATO MELLO MARTINS - A ONG tem.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI - Eu acho que é fundamental, porque o agressor... É o que você disse. Você conhece como ninguém esse problema, porque sentiu na pele e vivencia dia a dia casos iguais ou até piores.

Você renasceu, como você muito bem disse aqui. Deus lhe deu uma missão: ajudar. Você continua ajudando. Eu acho importante a sua participação, porque você viveu coisas que nós não vivemos e, por isso, não conhecemos. Mas trabalhar a saúde mental do agressor é fundamental. A ONG e todos nós, agentes públicos, devemos oportunizar esse tipo de trabalho. Eu gostaria de entender.

A Deputada Erika Kokay e a Deputada Teresa Surita têm um trabalho fantástico em defesa da criança — nós somos parceiras.

Eu me coloco à disposição para colaborar mais uma vez com esta Comissão.

O SR. RENATO MELLO MARTINS - Refaz a pergunta, por favor.



A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI - Eu só perguntei se vocês têm o tratamento, se a ONG tem condições de ajudar o agressor.

O SR. RENATO MELLO MARTINS - Há casos que encaminhamos. Em situações mais graves, encaminhamos para setores preparados para esse tipo de acompanhamento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agradecemos ao Renato Mello Martins.

Registro a presença da nossa Terceira Vice-Presidente, Professora Dorinha Seabra Rezende, do DEM de Tocantins. É um prazer tê-la aqui.

Passo a palavra, nos termos do Regimento, à Relatora, que poderá fazer as suas exposições, os seus questionamentos e o que mais for necessário para enriquecer a elaboração de seu relatório.

A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA - Boa tarde a todos. Agradeço por estarem aqui. Agradeço principalmente aos jovens que vieram por meio da Rede Não Bata Eduque nos trazer as suas histórias. Hoje, conversando com algumas pessoas sobre a questão da discussão da criança e do adolescente, soube que a Rede Não Bata Eduque foi a primeira no Brasil a levantar esse problema, a fazer esse questionamento. É uma alegria estar o Legislativo examinando projeto de lei sobre assunto tão sério.

Agradeço também ao Renato por ter atendido ao nosso convite e por ter vindo nos trazer sua história, que até ouvir é difícil. É uma história que mexe com a gente, porque não é normal. Por mais que se fale em agressão, ouvir da própria pessoa agredida um relato tão forte como esse...

Há pouco eu perguntava: *“Quantos anos você tem hoje?”* Ele me disse que tem 31 anos. E eu perguntei como que ele lida com tudo isso, com essa história. Ele me respondeu com um sorriso: *“Porque hoje posso pegar a minha história e traduzi-la para outras pessoas, para que não entrem no processo em que eu entrei”*. Isso é muito forte, é muito gratificante ouvir a história de uma pessoa, tirar dessa pessoa esse conhecimento. Mas nem todos reagem assim, nem todos têm a chance que você teve, apesar da gravidade, de estar hoje com a oportunidade de trazer essa realidade, porque existem milhões de crianças, hoje, que não fazem parte de



nenhuma ONG; existem milhões de crianças que gostariam de poder falar, mas não têm a quem se dirigir, não têm quem procurar.

Então, o que eu gostaria de dizer foi dito aqui por cada um de vocês na própria apresentação. Mas eu entendo que o não julgamento é necessário para termos a resposta positiva para todos os pontos que precisam ser corrigidos.

O agressor precisa ser tratado. Ele está repetindo um comportamento que recebeu quando criança. E um dos pontos do projeto de lei que eu considero importantíssimo é essa rede de proteção acontecer de fato com o tratamento para o agressor, para a família e para a vítima da agressão.

O que nós precisamos conseguir com essa lei? Que a denúncia não seja feita depois de 12 anos por sua madrinha, porque chegou no momento em que isso precisava... Ou seja, até que ponto chegou a agressão para que essa denúncia fosse feita?

A necessidade da denúncia precisa estar na consciência de toda a sociedade. A sociedade precisa tomar consciência da necessidade da denúncia. A omissão não pode ser o papel das pessoas, porque hoje eu ainda digo para vocês — eu que sou Relatora de um projeto como esse que defendo muito: na semana passada eu estava num restaurante. Visivelmente, uma criança usava frauda com dor, porque devia estar assada, num lugar muito quente. A criança gritava e a mãe batia nela e a mandava calar a boca. Num primeiro momento, pensei em interferir. Num segundo momento, decidi interferir, porque esse é o meu papel.

Então, essa consciência precisa ser de todos nós, de todo o povo, deve ser uma luta de todos nós. Mas como conseguir isso? Aí entra — eu acho — o papel mais importante, das campanhas pela mudança de comportamento. Costuma-se dizer que a lei não muda uma cultura arraigada. Mas ela vai, com certeza, pautar essa mudança, vai alertar a sociedade para a necessidade dessa mudança.

Temos aqui uma audiência pública chamada *Fatos e Versões*, a última audiência antes da apresentação do relatório, em que foi exposta, durante todos esses meses, as visões de especialistas, em que foi feita a discussão com o Governo Federal, com os Conselhos; o debate foi feito de forma intensa, com a colaboração, inclusive, da imprensa, que começa a mostrar a importância do projeto, começa a desfazer a ideia da “lei da palmadinha”, começa a mostrar que a lei será a



garantia de a criança e o adolescente serem educados e tratados sem o uso do castigo corporal cruel ou degradante, e a importância de que isso não fique voltado só para a família, mas que atinja os centros de internações e todo e qualquer adulto que cuide de uma criança. Isso passa pelo professor, por qualquer adulto com o direito de educar uma criança ou um adolescente.

Todos os pontos colocados aqui estão sendo realmente muito trabalhados dentro do projeto para que a lei, assim que for aprovada, seja implementada e, o mais importante, seja obedecida. Esse é o nosso maior desafio.

Eu gostaria de dizer que também estou muito satisfeita com a quantidade de debate que nós estamos fazendo por todo o País. Nós já fizemos um debate no Rio de Janeiro. Na quinta-feira iremos a Goiânia. Em seguida iremos a São Paulo, Campinas, discutir na UNICAMP, o que é muito importante, por se tratar de uma universidade de medicina, que poderá contribuir muito para o debate. Em seguida iremos a Salvador, Bahia, e depois ao Espírito Santo.

Enfim, entendo que estamos cumprindo o papel de disseminar no País a discussão de um assunto tão sério — a proteção das nossas crianças e dos nossos adolescentes — para podermos construir uma geração com mais paz, com mais autoestima. Não tenho dúvida de que quando uma criança é agredida, humilhada, a primeira consequência é a baixa autoestima quando ela se torna adulta. Não tenho dúvida disso.

Agradeço mais uma vez pela participação de hoje. Foi um momento muito importante. Pena que estamos com essa correria de votação. Agora mesmo já estamos em votação nominal no plenário. Mas agradeço muito pela participação dos meninos, das meninas, dos jovens, do Renato. Agradeço pela parceria da Deputada Erika Kokay, Presidente da Comissão, para essa mudança que acredito muito necessária para o País.

Obrigada.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Teresa Surita.

Registro a presença da Deputada Carmen Zanotto, do PPS de Santa Catarina.



A primeira audiência que fizemos foi para ouvir os Conselhos — Conselho de Justiça, Conselho de Saúde, Conselho de Assistência Social, Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente. Depois ouvimos a sociedade civil. Fizemos uma terceira audiência para ouvir especialistas. Depois ouvimos o Governo sobre suas mais variadas políticas, que dialogam com a legislação, até porque a lei fala da necessidade de termos políticas públicas que assegurem o direito de crianças e adolescentes viverem sem castigos físicos.

Hoje estamos ouvindo as crianças e os adolescentes, ouvindo o depoimento absolutamente comovente e pedagógico, eu diria, do Renato.

Vamos fazer ainda quatro audiências públicas. Como eu já disse, fizemos uma audiência no Rio de Janeiro, vamos a Goiás na quinta, a São Paulo, Campinas, na sexta, à Bahia, Salvador, na segunda, e ao Espírito Santo — esta ainda não está agendada.

Estamos com a perspectiva de no próximo dia 6 de dezembro começar a discutir e votar o relatório. Nossa próxima reunião deverá ser no próximo dia 6, quando esperamos discutir e votar o relatório.

Passo a palavra à Professora Dorinha pelo prazo regimental de 5 minutos. Em seguida fará uso da palavra a Deputada Liliam Sá, 1ª Vice-Presidenta desta Comissão; depois eu vou passar a palavra para Renato, e depois para Érica, que representará o conjunto dos adolescentes que aqui estiveram contribuindo para que nós pudéssemos aprimorar a construção desse relatório.

Então, tem a palavra a Professora Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a nossa Presidente e dizer também que nós vimos percebendo, na atuação da nossa Relatora Deputada Teresa Surita, o desejo de realmente produzir um relatório que vá além de um documento formal; por isso a peregrinação nos diferentes Ministérios, com um diálogo muito aberto.

Cumprimento esta Mesa, com tanta gente bonita, com crianças, com adolescentes, com representação. Acho que o depoimento — infelizmente só ouvi parte dele — de Renato é um grito que mostra que infelizmente muitas vezes estão caladas na nossa sociedade, muitas sequer são ouvidas, e as pessoas acabam, em muitos casos, não conseguindo superar e reproduzindo a violência que sofreram.



Na verdade, Presidente, eu acho extremamente importante que consigamos penetrar um pouco no mundo da formação, da universidade e da educação, na questão do conceito do que é criança. Eu acho que, em grande parte, o exemplo que a Deputada Teresa Surita citou, do episódio que ela presenciou num restaurante, reforça, na minha visão, a noção que nós temos da criança: aquele ser que não é, que ainda pretende ser. É muito comum ouvirmos um adulto dizer: “é um projeto de gente”, “fulano ainda vai ser gente” — como se essa condição de criança, com essa noção de infância, permitisse que esse ser que é dependente, que “ainda não é”, não tenha, portanto, os seus direitos assegurados, a sua condição como sujeito de direitos, como ser humano. Essa é a noção que se tem do que é a criança, e muitas vezes as próprias instituições formadoras de conhecimento, geradoras de costumes, de cultura no nosso País mostram isso. E não só no nosso País. Na verdade, no mundo, a noção que temos ainda, na ordem familiar, do que é a criança, da sua relação de dependência, do olhá-la como objeto, vai além inclusive do modo como a própria família é conduzida. Então, acho que isso é importante.

Não é menos importante essa questão do conhecimento, porque nós estamos sempre falando da educação como espaço de conscientização, do professor, do seu papel na notificação, na observação da violência, mas, bem antes disso, é o modo como a criança é enxergada, inclusive pelo professor, como a criança é enxergada por quem forma, é isso, é o modo como a sociedade enxerga a criança, aquela pessoa que ainda não é pessoa, que não tem direito, não tem acesso aos direitos, que muitas vezes nos leva a esse comportamento, como a Deputada mostrou.

Quantos de nós têm coragem de intervir numa relação de um pai com seu filho? Eu vi também uma cena dessas dentro de um *shopping*: numa escada rolante uma mãe estapeava com muita força o rosto do seu filho, uma criança de 7 ou 8 anos. Até onde nós temos coragem de intervir? Porque nós estamos entrando no espaço privado, no espaço da família, no espaço interno.

Na verdade, acho que esse é o grande salto que este trabalho pode provocar: uma mudança de olhar, de cultura, de concepção do que é o ser criança. Quero dizer da importância de nós não esquecermos esse lado de formação, de conhecimento e de percepção, principalmente, da noção que nós temos dentro da



nossa sociedade do papel, do que é uma criança, de até onde vai o ser humano e essa ideia de ser humano em miniatura, ou que ainda não está formado.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Professora Dorinha. O projeto prevê isso, inclusive a capacitação dos profissionais. Nós já estivemos com o Ministro da Educação, estivemos com a Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, estivemos também com o Ministro da Saúde, exatamente para que os programas que já existem possam ter o recorte de enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente.

Eu passo a palavra, para que possa utilizá-la pelo prazo regimental de 5 minutos, à nossa 1ª Vice-Presidenta, a Deputada Liliam Sá, que foi inclusive autora do requerimento da audiência pública, ou do encontro, do seminário que fizemos no Rio de Janeiro, onde também ouvimos Renata.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Boa tarde a todos. Quero parabenizar mais uma vez esta Comissão, a nossa Presidenta pela direção que tem tomado e a nossa Relatora pela condução deste trabalho tão importante para a sociedade.

Eu fiquei ouvindo essas adolescentes falarem, esses adolescentes, porque há meninos também, e quando Layane fala, ela fala pelo Pará, por todas as crianças do Pará, de todo o Estado do Pará; quando Mateus e Raimundo falam, eles falam pelo Ceará; quando Renata e Danuza falam, elas falam pelo Rio de Janeiro, pela nossa cidade, pelo nosso Estado; então, há o clamor das crianças do Brasil por essa lei, para que elas sejam respeitadas.

Eu estava ouvindo atentamente o depoimento de Renato, e fiquei com os olhos cheios de lágrimas, porque eu sei o que é isso. É muito duro para você. Hoje em dia você fala com naturalidade, mas na época eu sei que você diversas vezes pensou: "Ah, eu quero morrer, porque isso não é para mim". E sentiu ódio, sentiu raiva, sentiu humilhação, e sentiu-se sozinho, e é assim que as crianças se sentem: sozinhas.

E eu ouvi atentamente a fala de Érica. Ela disse: "A violência gera violência; por que só acontece isso conosco?" Por que isso só acontece com crianças e adolescentes? Essa é uma indagação que nós temos de fazer. Por quê? Porque vocês são mais frágeis, porque vocês não reagem. E é uma covardia! É uma



covardia, porque um adulto, como alguém disse, eu não me lembro bem quem, quando apanha de outro adulto, ele tem o direito de ir à delegacia, de revidar, mas e quando é uma criança que apanha?

Então, é complicado para nós ouvirmos essas crianças. Renata disse que o *bullying* começa dentro de casa, e ela está certa. É lá mesmo, é lá, com aquela humilhação, o pai e a mãe dizendo que você não serve para nada, que você não presta para nada, que você é gordo, que você é isso, que você é aquilo. Isso causa revolta, e a criança acaba indo para a escola e refletindo aquilo que ela recebeu como educação.

E o que me estranhou mais na fala de Renato, e eu tenho chamado a atenção até dos nossos pares, é o fato de que cada vez mais bebês estão sendo vítimas de violência. Aqui em Brasília mesmo, no dia 11 deste mês, uma criança de 3 meses foi vítima de violência, de maus-tratos. Então, ele disse que com 8 meses ele já apanhava. Um bebê não fala, não anda, e não entende nada. Uma criança já entende que está apanhando, ela sabe que fez alguma coisa feia e está apanhando, mas também não entende por que está apanhando, e isso causa revolta.

Então, é dever de todos nós alertar a sociedade quanto ao caso que ele citou, de quando ele chegava aos hospitais. E nós até debatemos isso em uma outra audiência, Deputada Erika Kokay. As crianças vão para o hospital de madrugada — eu até alertei, eu disse isto naquela audiência no Rio de Janeiro — e dizem que sofreram uma queda. Quantas crianças que eu fui entrevistar caíram da laje! E eu perguntei até: “Caiu todo o mundo junto, da laje?” E ele está dizendo que protegia a mãe. Quantas crianças não protegem a mãe? Agora, quando a criança chega perto de um especialista, de um médico que vai examiná-la, ela reage. Então, se ela reage dessa forma, você já pode saber que essa criança foi vítima de maus-tratos, que aquilo não foi uma queda. Ela reage dessa forma porque está com medo, está intimidada. Então, eu estou muito feliz com este debate, porque nós estamos trazendo essa consciência, mudando o pensamento da sociedade em relação às nossas crianças e adolescentes.

Quero parabenizar a todos, a todos vocês da Rede Não Bata, Eduque, que tem sido essa parceira, que tem estado aqui conosco com o seu trabalho. É isso mesmo, vocês têm de dar palestras nas escolas para os pais. Não é para os



adolescentes e para as crianças que estão apanhando. Vocês têm de fazer isso, sim! As escolas é que teriam de fazer a reunião com os pais, e colocar os adolescentes e as crianças para falarem.

E uma outra denúncia é o que acontece com os professores, a falta de respeito, quando vocês pedem aqui participação, confiança e responsabilidade. Não é isso? E vocês falam das salas quentes, com cadeiras de plástico, com banheiros imundos. Isso também é uma falta de respeito com as nossas crianças, e é uma questão a ser revista pela Comissão, e até pela Frente Parlamentar, depois desta Comissão.

Então, eu só quero parabenizá-los e desejar-lhes sucesso nessa carreira que vocês estão enfrentando. Daqui a pouco vou ver vocês todos formados, lutando pelos direitos da criança e do adolescente, de repente juízes ou juízas da Vara da Infância e Adolescência. Deus abençoe a todos.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Liliam Sá. Vou passar a palavra para Renato, mas antes disso vamos ouvir Érica, que vai falar em nome de todos os adolescentes, segundo combinação deles mesmos (*risos*).

A SRA. ÉRICA TAMIRES CARNEIRO MORAES - Bom, gente, boa tarde para os que acabaram de chegar. Como a gente já disse tudo que tinha para dizer, para não ficar uma coisa muito repetitiva, quero que fique isto, com ênfase, em cada pensamento, para que vocês reflitam: como dizem, as crianças e os adolescentes são o futuro, o amanhã; e o hoje? O que vai acontecer com o hoje? Se a gente não consertar o hoje, o que é que vai ser do amanhã? (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - As coisas também não são estanques, não é? O amanhã é a continuidade do hoje, não é verdade? A vida é dialética.

Eu vou passar a palavra para Renato, para que ele possa fazer suas considerações. Mais uma vez, Renato, agradeço-lhe muito seu depoimento. A sua dor é um ensinamento e leva a uma reflexão muito profunda. Quero agradecer muito a sua presença nesta audiência pública. Você tem a palavra, Renato.



O SR. RENATO MELLO MARTINS - Obrigado. Uma coisa interessante que a Deputada Liliam Sá comentou é o fato de a criança defender a mãe. A criança defende a mãe não porque quer defender, não; ela defende por medo. Outra coisa interessante: a criança tem uma visão; se a mãe fez aquilo com ela, ela não espera outra coisa do pessoal lá fora. Ela acha que vai sofrer na mão de qualquer um. Então, a criança cria um mundo que — perdoem-me por usar este termo — pode até virar um mundo doentio. A criança cria este mundo: “eu prefiro sofrer com a minha mãe do que sair, porque eu não sei o que me espera”. Ou a criança defende a mãe por ameaça. No meu caso, a minha genitora dizia: “Se você falar, você vai apanhar”. Então, como eu criei um mundo em que eu via que as pessoas de fora não tomavam nenhuma atitude, eu achava que ela estava certa. “Eu vou falar e vou voltar, e se eu voltar vou apanhar; então, é melhor eu concordar com ela”. Então, isso acontece.

E uma coisa muito interessante: eu aprendi com o meu genitor, e aprendi muito, sobre omissão, não só dele, mas da escola onde eu estava, dos hospitais. Eu aprendi o que é omissão, o que é você encontrar uma criança nessa situação e dizer: o problema não é meu. Muitas vezes a gente não entra na causa da criança e do adolescente que estão sofrendo violência porque a gente pensa que o problema não é nosso, mas, gente, o problema da criança é um problema nosso! O problema da criança tem de ser um problema nosso!

O que eu quero é que cada um que esteve aqui hoje se conscientize, para que realmente essa lei que está sendo implantada, essa lei do não à violência contra a criança e o adolescente, possa valer a pena. Eu tenho certeza, posso dizer isto a vocês, de que há vários Renatos ainda sofrendo hoje. Não é um caso só. Este Renato superou; e os outros? E os outros que estão sofrendo? E os outros? Enquanto estamos aqui, há outros gritando por socorro, e nós somos o socorro. Eu posso garantir que essa lei é o socorro deles. É o grito de socorro.

Eu espero que valha a pena o trabalho que está sendo feito. Eu espero que valha a pena o trabalho de Teresa, da Deputada Teresa, e que realmente nós possamos levar essa lei adiante. E eu espero contar com a ajuda do povo.

É isso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu agradeço muito a Renato sua fala, e nós vamos proceder da seguinte forma: nós estamos vencendo, com esta



audiência política, as reuniões temáticas sobre os diversos olhares; nós tínhamos pensado inicialmente em fazermos a discussão do parecer no próximo dia 6, mas nós vamos antecipar para o dia 29. Na próxima semana já vamos fazer a discussão. A Deputada Teresa Surita já apresentará o relatório e nós vamos, então, fazer a discussão e a apreciação do relatório e do parecer da Deputada Teresa no próximo dia 29. Ela já tem elementos. Acho que esta Comissão trabalhou bastante, e trabalhou sobre os diversos olhares, os diversos aspectos, houve muitas sugestões, que foram apresentadas tanto pelo Governo quanto pelos especialistas e pelos adolescentes, e nós precisamos fazer com que essa discussão, na profundidade em que ela ocorreu, possa concretizar-se numa proposta de relatório.

Então, nós estamos marcando já para a próxima semana, a próxima terça-feira, dia 29, às 14h30min, com o plenário ainda a ser decidido, a discussão do parecer da Relatora e as deliberações acerca dele.

Nós tivemos hoje um debate extremamente rico, que nos possibilitou entender de forma mais profunda a importância dessa lei. Eu não vou esquecer a fala de uma mãe, na Bahia, que, numa discussão sobre um tema em que nós estávamos trabalhando, pediu ajuda: “A quem eu recorro para poder parar de espancar a minha filha, que tem 4 anos?” Eu digo isso porque essa não é uma lei que agride a família, nem o poder da família. Essa lei dá condições para que a família desenvolva sentimentos mais estruturantes e mais afetivos, para que a família possa transbordar e vivenciar com profundidade a sua existência, a sua essência, a sua gênese. Essa é uma lei que defende a família. Essa é uma lei que não pretende ensinar quem quer que seja a educar seus meninos e meninas, mas apenas assegurar um direito, e que desconstrói de forma muito concreta uma relação que se criou entre educação e castigos corporais ou violência — violência física e violência psíquica, violência que deixa marca na pele e violência que deixa marca na alma.

Portanto, é preciso que nós deixemos claro que essa não é uma discussão que enfrenta a família. A lei não fala apenas das relações familiares. Ela fala de todas as relações de educação e de cuidado. E aqui foi bem lembrado que há necessidade de que nós tenhamos também o direito assegurado nas unidades de internação, para que não haja a naturalização do castigo, para que não haja a naturalização da violência nas unidades de internação de cumprimento de medidas



socioeducativas. E não só nelas, mas também nas entidades que cuidam e educam. Nós estamos falando de escola, nós estamos falando de abrigo, nós estamos falando de instituições socioeducativas, nós estamos falando de uma gama imensa de instituições, inclusive da própria família.

Nós já obtivemos um avanço importante neste País com a Lei Maria da Penha, que estabelece o direito da mulher à vida sem violência dentro de casa, e portanto nós queremos afirmar esse direito em todos os espaços, para que possamos fazer com que as crianças realmente sejam encaradas como seres humanos. Essa não é a lei da palmada. Nós ouvimos aqui o caso de Renato e tantos outros, e da mãe baiana, que disse: “O que eu faço para parar de espancar a minha filha? E muitas vezes, pelo sentimento de culpa que acomete os próprios pais e pela perspectiva de naturalização dessa prática, essa relação chega a ter uma semelhança muito grande com a própria tortura, e a tortura despersonaliza. Nós não podemos acreditar que o medo seja um instrumento de construção de qualquer sentimento, de qualquer cidadania. O medo embota e anula qualquer perspectiva de uma construção cidadã, de uma educação em que as pessoas se façam inteiras para poderem transformar a realidade, ou potencializar a realidade, de acordo com a dureza ou com a beleza dessa realidade.

O exercício da condição humana, que é o exercício de sujeito, quando nós falamos de castigo corporal, ou de palmada que seja, de puxar a orelha, é um pouco o que foi dito aqui por Érica. Nós não podemos deixar para a ótica do adulto a análise do que é um castigo físico moderado ou não moderado. A palavra tem de ser a da criança, sobre o que ela sente, sobre o impacto que isso tem na sua própria construção, no seu próprio olhar para si mesma como uma pessoa com direitos.

Portanto, nós estamos falando de darmos à criança e ao adolescente uma legislação — que não estabelece punições; esse é um mito que precisa ser desconstruído. O outro é o de que nós estamos querendo que não haja limites na educação. Educação faz-se com limites. Mas limite não significa violência ou castigos corporais, tratamento cruel e degradante. E ainda um outro mito é o de que essa lei enfrenta a família, o que não é verdade. Ela dá suporte à família. Inclusive ela mostra e clarifica a responsabilidade do Estado, para que tenhamos não só a



formação dos profissionais como o apoio às próprias famílias. Portanto, nós precisamos desconstruir esses mitos.

E mais um mito precisa ser desconstruído: o de que a lei endurece o processo de penalização para o castigo corporal e a violência. Isso também não é verdadeiro, porque a lei só remete a responsabilizações que já estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e no próprio Código Penal Brasileiro. Portanto, nós não estamos criando uma nova responsabilização. Nesse sentido ela diferencia-se inclusive da própria Lei Maria da Penha, que cria um outro tipo de penalização para a violência contra a mulher.

Portanto, é preciso que desmitifiquemos todas essas construções, que foram construções feitas a partir do conceito da inexistência de criança e adolescente como sujeitos de direitos, ou, como dizia a Professora Dorinha, dos que ainda vão ser e ainda não são. São! Crianças existem, são sujeitos de direitos, a nossa legislação já consagra isso, e têm de ser tratadas como tal.

Por isso, encerro esta reunião de audiência pública agradecendo imensamente a Renato Mello Martins. Sua experiência não é mais só a sua experiência. Ela passou a ser experiência de todas e todos nós, e faz com que nós hasteemos a bandeira de que as crianças e os adolescentes têm de ser respeitados como pessoas e têm o direito de viver sem qualquer tipo de violência.

Agradeço muito a Danuza, que coordenou as atividades aqui, Érica Tamires, Layane da Conceição, Lucas Mateus Saraiva, Raimundo Airton, dois meninos que são cearenses como eu. É um prazer ter conterrâneos aqui. Nós tivemos essa sorte de nascer no Ceará. E agradeço imensamente a Renata, que já esteve conosco na audiência pública do Rio de Janeiro.

Agradeço às Deputadas que aqui estiveram, em particular a Deputada Teresa Surita, que tem trabalhado com muita maestria para que nós tenhamos o relatório e possamos dar cabo da função precípua desta Comissão, que é a de apresentar para a sociedade uma legislação que mude a cultura, que assegure direitos e que possa estabelecer um marco legal, para que as pessoas possam sentir que o que diz respeito às crianças é, como diz o Estatuto, responsabilidade não só da família como do Estado e da própria sociedade.



Com essas palavras vou encerrar, convocando mais uma vez reunião para o próximo dia 29, às 14h30min, em plenário a ser decidido, com o objetivo de apreciarmos o parecer e já tomarmos as deliberações acerca dele. Então, é com esse objetivo, o de discutirmos o parecer, que nós convocamos reunião para o dia 29. Convocamos ainda — ou lembramos ainda — quem se inscreveu para estar presente, porque teremos na próxima quinta-feira o seminário em Goiás, na próxima sexta-feira na UNICAMP, em Campinas, e na próxima segunda-feira na Bahia, em Salvador. A reunião no Espírito Santo será posteriormente informada, para que as Sras. e os Srs. Parlamentares interessados possam inscrever-se para participar.

Portanto, mais uma vez agradecendo a todas e todos, declaro encerrada a presente audiência pública. (*Palmas.*)